

Lucena afirma que os trabalhos da Constituinte devem ter prioridade

BRASÍLIA — Durante a sessão de abertura do Congresso Nacional, no último domingo, o Presidente do Senado, Humberto Lucena, fez um discurso defendendo o funcionamento da Câmara e do Senado, mas dando prioridade aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

— O Congresso Nacional, renovado e engrandecido pela legitimidade dos mandatos conquistados nas eleições mais livres que já tivemos no País, tem consciência do papel secundário que lhe é reservado durante o período de funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte — afirmou o Senador.

— Mesmo assim, porém, procurará cumprir a sua missão constitucional, conjunta ou separadamente, através do Senado e da Câmara dos Deputados.

A sessão de abertura do Congresso Nacional começou com 40 minutos de atraso, provocado pela ausência do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que chegou

à solenidade depois da execução do Hino Nacional.

Na mensagem que enviou ao Poder Legislativo, através do Ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, o Presidente José Sarney deixou claro que a sua decisão de decretar a suspensão, "por tempo indeterminado", do pagamento do serviço da dívida externa "foi um ato soberano de um País soberano, no pleno exercício de sua soberania".

Sarney lembrou em sua mensagem o discurso pronunciado na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1985, quando afirmou que não permitirá o pagamento da dívida externa com recesso, desemprego e fome.

— Estancada a sangria que debilita o organismo nacional — ressaltou Sarney na mensagem — havemos de criar condições para que o serviço da dívida seja apenas um encargo e um compromisso, não um fator de estrangulamento do nosso

desenvolvimento.

E acrescentou que os atos do Poder Executivo têm sido pautados no pressuposto de que a "paz social, o entendimento e a normalidade institucional são requisitos indispensáveis para que a Assembléia Nacional Constituinte trabalhe com sabedoria e tranqüilidade, consumando o fecundo debate de que há de resultar a solução de grande parte de nosso problemas".

Por sua vez, o Senador Humberto Lucena, como Presidente do Congresso Nacional, afirmou que a nova Constituição deverá restaurar as prerrogativas do Poder Legislativo, atribuindo-lhe competência para a fixação das diretrizes globais e setoriais do planejamento governamental e da política econômica, "pois é inadmissível, num regime plenamente democrático, que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central tenham mais poder do que o Congresso Nacional, que é a expressão maior da vontade popular".